

A TRADUÇÃO COMO ATO HERMENÊUTICO

THE TRANSLATION AS HERMENEUTIC ACT

Albeiro Mejia Trujillo¹

RESUMO: O presente trabalho apresenta contribuições para a área da Tradução que, embora tenha existido ao longo da história da cultura letrada da humanidade, somente surge no final do século XX como campo de atuação profissional, cuja formação se dá em nível universitário. Destaca-se, no texto, a carência de conteúdos teóricos específicos para a formação do profissional da tradução, enquanto se discorre sobre a atividade da Tradução como ato hermenêutico. Mostra-se, ainda, que a transposição de um discurso de uma língua para outra tem características peculiares que variam entre os diversos campos do saber, sendo que o tradutor deve cuidar para não confundir o nível de interpretação, enquanto tomada de posição político-ideológica, com a interpretação como instrumento de compreensão semântica do discurso expresso em determinado código.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução; Interpretação; Códigos; Discurso.

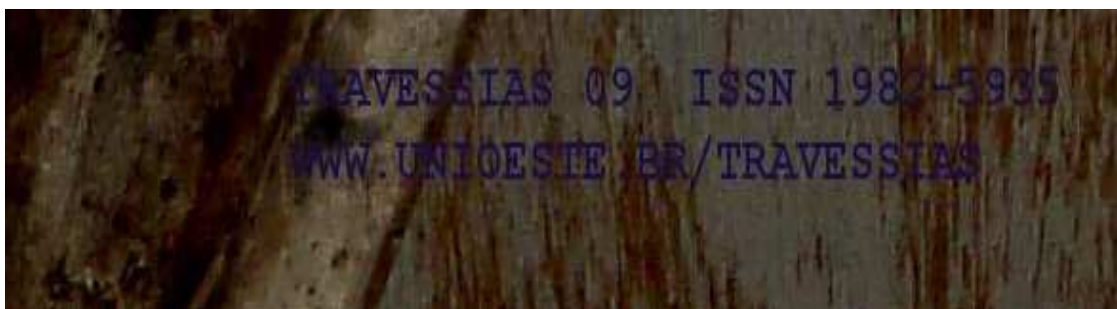
ABSTRACT: The present paper presents contributions to the area of Translation that, even so has existed throughout the history of the culture scholar of the humanity, it appears only at the end of the 20th century as a professional field which formation happens in university level. It is pointed in this text the lack of specific theoretical contents for the formation of the translation professional, while it is presented the activity of the Translation as an hermeneutic act. Also, it is revealed that the transposition of a language speech for another one has peculiar characteristics that vary among the different knowing fields, but the translator must be careful of not to confuse the level of interpretation, because of politician-ideological position, with the interpretation as semantics understanding instrument of the expressed speech in a determined code.

KEYWORDS: Translation; Interpretation; Codes; Speech.

INTRODUÇÃO:

A mitologia grega nos apresenta a figura de Hermes, o “deus alado”, cuja tarefa principal era a de levar a mensagem dos deuses aos homens e encaminhar às deidades as vozes dos

¹ Doutor em Literatura pela UnB, Coordenador do ISE/Filosofia do Instituto de Ensino Superior do Centro Oeste – IESCO, malbeiro@yahoo.com.br

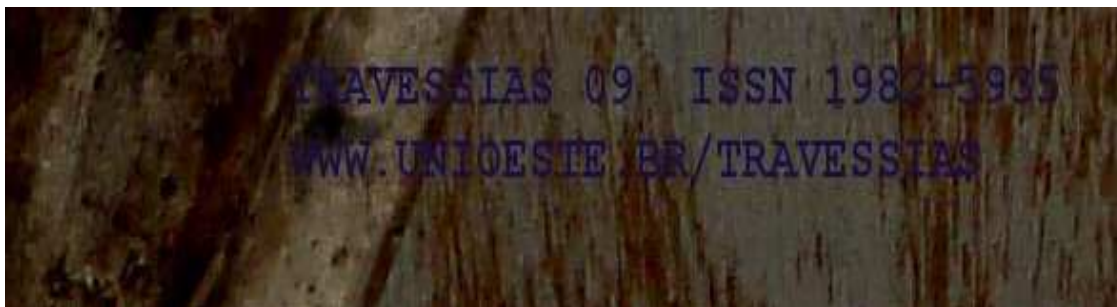


homens. A transposição da língua dos deuses para os códigos humanos e *vice-versa* surge, ao nível da mitologia, como a primeira atividade propriamente caracterizada como Tradução que, no início, já se define como ato de natureza interpretativa (hermenêutica).

A multiplicidade de línguas, com os processos de expansão colonizadora, crescimento econômico, e desenvolvimento religioso e cultural conduziu à especialização de pessoas que pudessem servir de intermediários nos processos de comunicação entre as nações e comunidades que tinham de interagir por força das necessidades decorrentes do comércio, da política, da religião ou, pelo interesse em expandir os horizontes culturais.

Os exegetas surgem como intérpretes dos escritos sagrados e como houve durante vários séculos, na tradição cristã, a proibição de traduzir os relatos bíblicos para as línguas vernáculas, a exegese partia da tradução dos textos hebraicos, gregos e latinos, por parte de especialista autorizado a repassar os ensinamentos religiosos às pessoas leigas, para que a mensagem “una” chegasse a todos os destinatários sem distorções; essa responsabilidade do tradutor como intérprete oficial exigia, não só conhecimento, mas também autoridade intelectual e, sobretudo, política.

No campo intelectual, no século XVIII, o filósofo Immanuel Kant “revela-se” contra a tradição que somente aceitava a língua latina como instrumento de produção acadêmica e passa a escrever suas obras em língua vernácula. Esse fato desencadeado pelo filósofo alemão trouxe implicações nos mecanismos de divulgação e dos debates acadêmicos pois, quando todo o campo intelectual se comunicava numa única língua, o Latim, não havia necessidade da existência de tradutores. Com a produção intelectual sendo desenvolvida em línguas vernáculas a atividade da tradução passa a ser uma tarefa obrigatória para que acontecesse o trânsito do conhecimento entre povos de línguas diversas. Essa tarefa, como ainda é praxe, recaiu sobre os intelectuais que dominavam outras línguas e se especializavam no pensamento de determinado autor. Esse tipo de especialista passou a ter a conotação de tradutor-comentador. No Brasil, por exemplo, temos



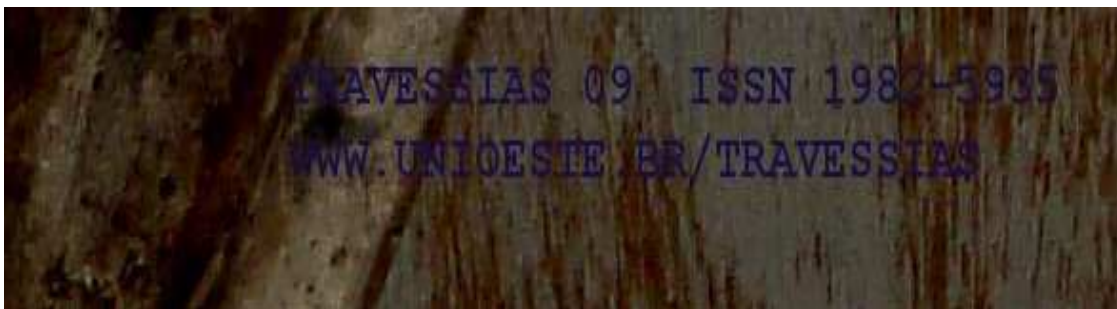
Ernildo Stein, entre outros, como tradutor e comentador do pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger.

A regulamentação da profissão de Tradutor no Brasil foi se processando mediante o acolhimento de migrantes de diversas línguas que possuíam fluência na Língua Portuguesa. Tais pessoas mediante realização de provas recebiam registro de Tradutores Públicos Juramentados, fornecido pelo Ministério da Justiça. A falta de profissionais especialmente formados para o exercício dessa profissão mantêm viva a tradição do “Tradutor Juramentado”. Todavia, a carência de tradutores, aliada às freqüentes deficiências na formação de muitas pessoas que atuam nessa área colocou em evidência a necessidade da profissionalização da atividade da Tradução mediante a criação de cursos de Bacharelado em Letras Tradução.

O fato de se lidar com uma “ciência nova” defronta as instituições de ensino que oferecem cursos de Letras com habilitação em Tradução e aos próprios estudantes, com a falta de docentes especializados, assim como com a carência de produção acadêmica específica que sirva de base para a formação de um profissional que não seja somente conhecedor de outra língua, mas que consiga vislumbrar a real natureza da profissão com as implicações que essa atividade traz para a sociedade. Pensando nas limitações para a formação do profissional da tradução decorrentes da escassa produção acadêmica desenvolvemos as reflexões que aqui apresentamos.

1. COMPREENSÃO E SENTIDO:

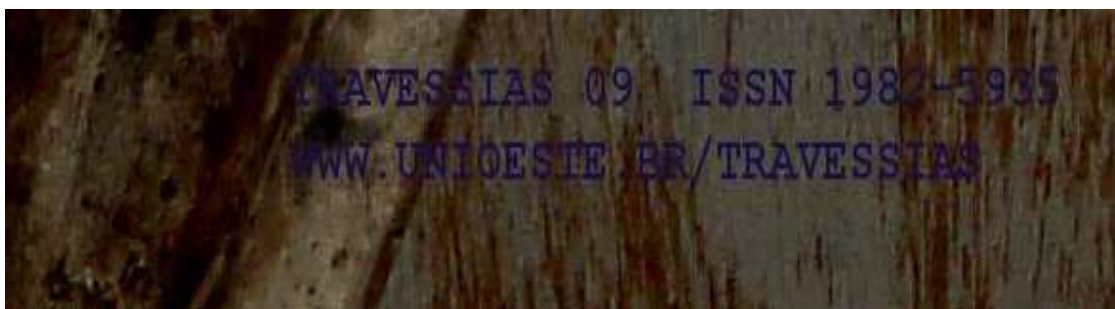
As linguagens utilizadas pelo ser humano devem ser entendidas como sistemas não caracterizados por processos unidimensionais, mas, pelo contrário, devem ser vistas como processos que emergem e se desenvolvem como “meio” a serviço da comunicação entre indivíduos e grupos. Os usuários das diversas formas linguagens se auxiliam de um sistema de símbolos que integrados logicamente garantirão a transmissão de um conjunto de estados, sensações, emoções, pensamentos, idéias, etc.



O ser humano faz a aprendizagem de um código extremamente complexo que é ao mesmo tempo, resumo de uma experiência milenar, um instrumento de participação social e o veículo do pensamento abstrato. Esta aprendizagem da linguagem requer simultaneamente de certo grau de maturação nervosa além de um condicionamento social adquirido no decurso da vida. Os elementos históricos, biológicos e sociais constituem os eixos da evolução lingüística, e a fixação da linguagem como estrutura, não como instinto, coincide com o nascimento do pensamento simbólico, pois, a linguagem humana é substitutiva, quer dizer: na mente põe símbolos no lugar que deveria ser ocupado pelas coisas e, por isso, poderíamos dizer que no ato cognitivo o homem apreende as essências icônicas e as transpõe do lugar natural onde se encontram para sua mente.

As línguas possuem estruturas lógicas específicas em que os conceitos fundamentais são de verdade e falsidade e noções concomitantes de correção e incorreção do argumento; a lógica tem uma função crítica diretiva da linguagem e de quantas ciências sejam submetidas à sua revisão. No caso concreto da lógica das linguagens entram-se os conceitos de verdade e falsidade que têm de dar seu veredicto tendo como base a objetividade e/ou subjetividade inerentes ao processo de decodificação textual. A tarefa crítica da Lógica tem de ser conduzida a partir da análise interpretativa que se faz do texto em que se fundamenta o discurso.

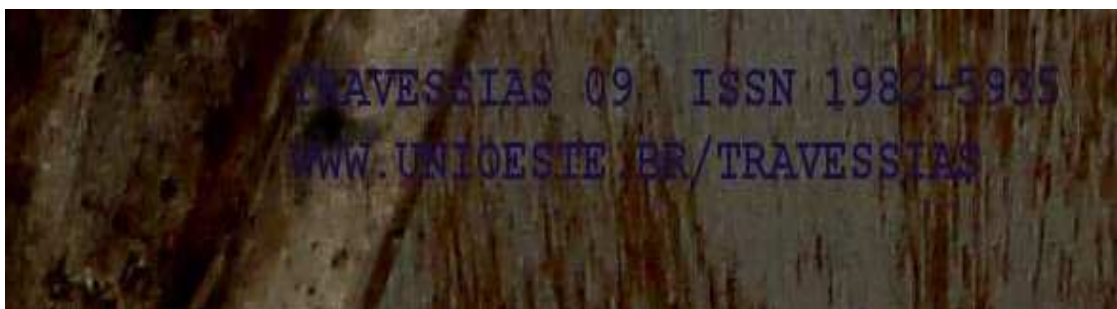
A lógica das operações racionais tem elementos subjetivos inerentes às atividades humanas, haja vista que aquilo que é lógico e normal para uma pessoa, não o é para outra e; elementos objetivos que são dados pelo reconhecimento ou objetivação por parte de toda a sociedade de determinados padrões de desempenho comportamental. Dessa forma poderíamos dizer que a lógica é o instrumento (Organon) encarregado de manter inalteradas as definições arbitrárias de verdade e falsidade e propor a correção ou incorreção do que é lógico (harmônico) ou ilógico (desarmônico).



Deve-se questionar a lógica das palavras emotivas que contêm uma carga de sentimentos que afetam o receptor de um discurso com maior intensidade do que as palavras “neutras”. Lingüisticamente falando, duas palavras podem ter mais ou menos a mesma significação, mas cada palavra tem o poder de remeter o indivíduo a uma série de emoções diferentes, daí que a significação “neutra” seja mais objetiva que a significação emotiva que é predominantemente subjetiva, embora possa ser submetida a uma análise técnica. No processo de tradução o intérprete precisa despojar-se, até onde lhe seja possível, de todas as emoções e julgar só com a razão, precisa entrar com um preparo especial, isto é, com pré-juízos, sabendo que tipo de leitura ele vai fazer para não comprometer o sentido lógico-diretivo do texto original. Tal preparo não se dá, em princípio, com as pessoas que querem vibrar com a beleza, o ritmo e o brilho da linguagem artística.

A significação das palavras varia muito quanto à compreensão que delas temos, pois quando uma pessoa aprende uma palavra em certo contexto cultural, ao mudar de âmbito, dificilmente a força expressiva será igual, mesmo que conhecendo o sentido do termo em outras variações da língua e/ou cultura. A filologia pode nos ajudar a entender o caráter heterossemântico de termos de línguas que possuem a mesma origem. A transformação das línguas depende de muitos elementos permitindo-nos dizer que estas têm um dinamismo intrínseco que as leva a evoluir por se próprias. Resta ainda salientar que as línguas expressam sua dinâmica por manifestarem os elementos novos incorporados à vida do homem, assim como as novas descobertas e sentimentos que influenciam a sua maneira de pensar. Sendo assim, então as línguas evoluem pela necessidade de expressão do homem.

É bom lembrar que cada grupo social tem seus jargões próprios, que ficam no campo do linguajar técnico, das gírias ou expressões que não são entendidas por pessoas de outros conjuntos sociais como é o caso do jargão dos ladrões, da cultura de influência de etnias diversas, jargões profissionais como os dos médicos, advogados, policiais etc. Muitas das palavras do jargão popular não têm lógica aparente, é um vocabulário arbitrário que a maioria das vezes vêm de

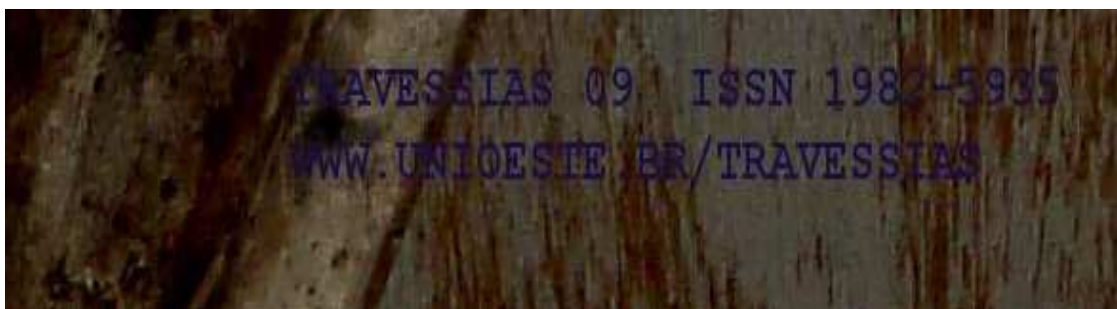


outras línguas ou da própria, mas com alterações da norma padrão do sistema lingüístico. Um dos elementos de maior complexidade e dificuldade, na tradução, está justamente na capacidade de decodificação e assimilação de expressões de uso coloquial que fazem parte da cultura popular. Olhando por outro ângulo, geralmente, no jargão profissional o caráter técnico das palavras apresenta-as não como uma deturpação, mas como uma criação lingüística.

A língua culta (padrão) é a garantia de uma comunicação universal na medida em que possibilita maior exatidão nos mecanismos de intertraduzibilidade das línguas. Gírias locais e jargões particulares fazem parte da dinâmica das línguas e estão encravadas na cultura dos povos reforçando a constituição da identidade das nações. Todavia, numa perspectiva lingüística afirmativa que se opõe às diversas formas de preconceito lingüístico, não se pode fomentar a marginalização por isolamento comunicacional daqueles grupos que, em defesa da identidade e dos valores culturais negam o potencial comunicativo que decorre do diálogo com outras culturas, ou diversas manifestações expressas no interior de um mesmo segmento social.

Uma das funções primordiais da tradução caracteriza-se pelo papel de intérprete dos valores de uma determinada cultura. Os elementos de estereotipia lingüística conduzem ao aumento das diferenças entre as culturas colocando seu instrumento de comunicação, a língua, em patamares de superioridade ou inferioridade. As tentativas de superação desses padrões de valorização lingüística terminam, em muitas situações, por evidenciar estados de depauperação nos processos identitários dos povos afetados por esses processos. Esse fato leva-nos a concordar com Sapir (1954) quando afirma que a necessidade de afirmação de um número significativo de artistas os levou a tentar formular um meio de expressão que tivesse as características da linguagem científica.

As influências do Positivismo francês, nas ciências e; do Círculo de Viena, na Filosofia deixaram-se sentir igualmente na literatura, pois: “Há artistas que têm tentado forjar uma linguagem artística generalizada, uma álgebra literária, que está para o conjunto das línguas

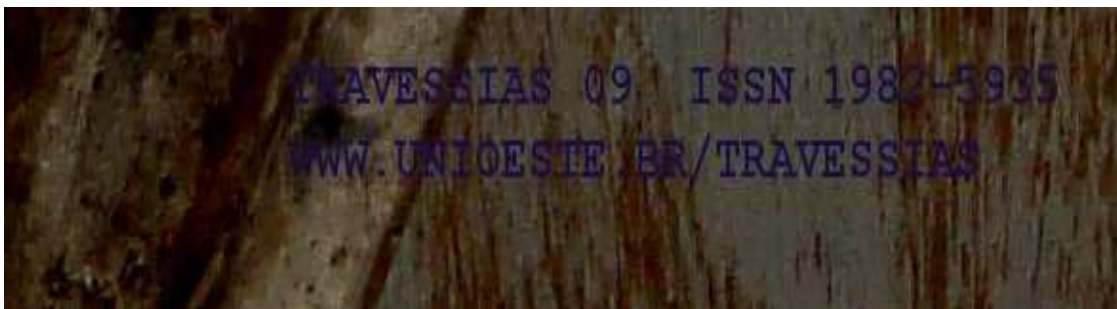


conhecidas como um simbolismo matemático perfeito está para as indicações de relações matemáticas que a fala normal é capaz de ministrar. A expressão artística dessa natureza tem sido índice do relativo fracasso dessas tentativas” (SAPIR, 1954, p. 220). O léxico desenvolvido por Guimarães Rosa; os vocábulos criados por Machado de Assis; as expressões idiomáticas trabalhadas por Mário de Andrade, entre outros, servem de indicativo de que as tentativas de criar uma “linguagem artística generalizada”, como expresso por Sapir, não corresponde com a prática literária brasileira presente nos escritores acima mencionados.

A perspectiva de análise sapiriana segundo a qual: “toda língua já é em si mesma, aliás, uma arte coletiva de expressão, [e que] se oculta nela um conjunto dado de fatores estéticos – fonéticos, rítmicos, simbólicos, morfológicos – que ela não partilha inteiramente em comum com qualquer outra língua (...) os técnicos extremados da expressão literária chegam a super-individualizar tanto essa arte coletiva, que a tornam quase que efêmera” (SAPIR, 1954, p. 220); atribui um valor estético intrínseco à língua e critica as tentativas de modificação da mesma realizadas pelos artistas.

Os mecanismos de comunicação entre os homens exigem acordos na significação das palavras usadas, pois, conforme Copi (1981), segundo o contexto determinado termo ou proposição pode expressar aprovação ou desaprovação, ou pode ser mais ou menos neutra. Dentro das relações dialogais, os homens encontram-se diante de fatos e idéias e cada indivíduo tem uma maneira particular de interpretar esses fatos, ou seja, existem idéias divergentes sobre cada acontecimento. Essas idéias levam-nos a aceitar ou rejeitar, aprovar ou desaprovar os fatos, mas como não podemos viver o tempo todo em desacordo, é preciso se chegar a um entendimento e convergência de idéias que expressem as convicções pessoais que possam nos conduzir a assumir determinadas compreensões de realidade.

Os procedimentos de tradução de termos de uma língua para outra nos põem numa indeterminação quanto à natureza e essência das palavras a serem traduzidas. Expressões de

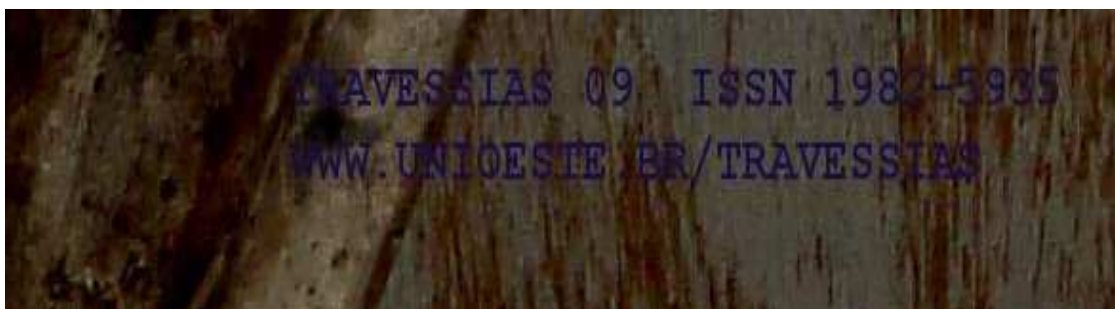


diferentes línguas que são verdadeiras, isto é, têm concordância com a realidade por elas descrita podem ser traduzidas entre si, todavia, esta tradução pode acarretar dificuldades se olharmos a riqueza de significados que uma das expressões possui no contexto original, quando em uma outra língua sua significação será restrita. Se hermeneuticamente falando o texto tem vida própria, independente do autor, no ato de traduzir somente existe uma intencionalidade subjetiva, não se dá a intencionalidade objetiva, já que na passagem de uma língua para outra, o texto terá um novo conteúdo hermenêutico a partir do sentido que o tradutor lhe der. Todavia, a necessidade de objetivação no ato da tradução conduz à criação de acordos técnicos que impeçam, em certo grau, a distorção de discursos transpostos de um código para outro.

Os conceitos usados no âmbito discursivo nem sempre são claros, o que nos leva a não poder saber de um modo definitivo se a expressão referida é algo possível ou real. A tradução no caso de uma indeterminação lingüística, tem de ser feita, primeiro apelando à possibilidade sinonímica e segundo desvelando os fundamentos da estrutura interna da língua. Nem sempre se pode fazer uma tradução pela semelhança gráfica, sendo preciso recorrer à tradução pelo contexto - quando possível -, pois existe em cada língua uma série de expressões próprias da língua (geralmente em conceitos universais abstratos) que ao serem traduzidos não têm um equivalente exato, deixando novamente o problema da indeterminação, pois não transmite todos os sentidos e a expressividade da língua de origem.

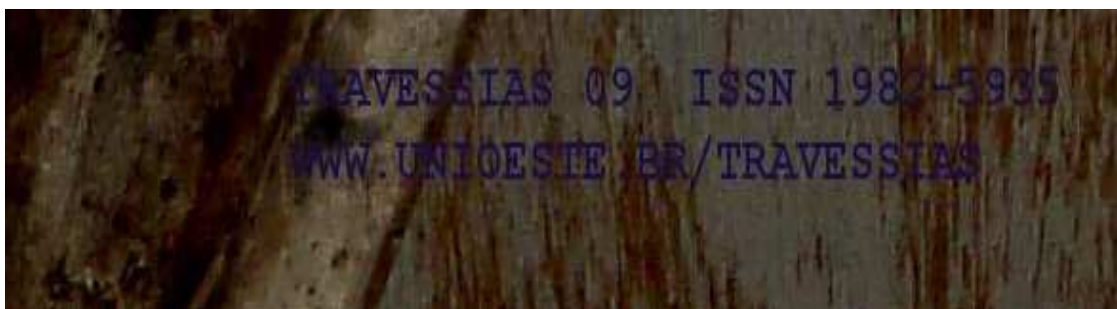
Quando tivermos perante os nossos olhos uma tradução, faz-se mister perguntarmo-nos sobre a intenção do tradutor quem:

- Pode querer diminuir a força conteudal adotando uma posição de simples comentador;
- Talvez quer causar o mesmo impacto do texto original, para o qual procura os termos mais próximos à significação inicial.
- Ou pode querer fazer uma tradução tão fiel que recorre a uma tradução literal a qual geralmente não dá o sentido original.



Existe uma impossibilidade intrínseca de se ter uma sociedade totalmente neutra no campo comunicacional e nem convém padronizar atitudes, pensamentos, comportamentos, convicções, pois da variedade de idéias e pensamentos se enriquece o espírito do homem. A tentativa de se construir uma neutralidade inter-lingüística, por vezes gera conflitos que se tentam superar por intermédio da argumentação e contra-argumentação, sendo que a eloqüência joga um papel fundamental, na tarefa de fazer o outro abdicar das próprias idéias, quem estiver mais preparado com razões e tiver maior força argumentativa, poderá fazer o outro mudar a sua maneira de pensar, nem por isso quem tiver maior força argumentativa é quem tem a razão, pois, no âmbito discursivo, pela estrutura verbal o receptor facilmente poderá ser envolvido por argumentos que lingüisticamente e a lógica externa têm uma estrutura adequada, isto é, a maneira como são expressos é tão perfeita que conseguem se apresentar como verdadeiros, porém, a lógica interna é falsa, pois não há correspondência entre o exposto e o fato real.

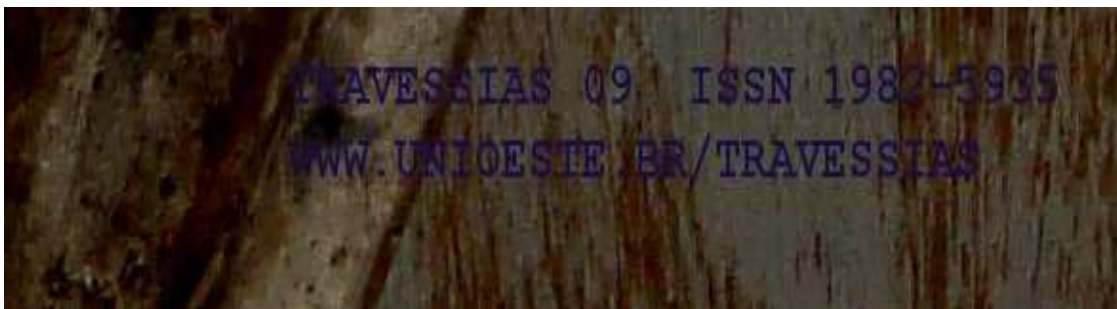
Para conseguir o efeito desejado no campo da tradução é preciso recorrer às palavras adequadas para os contextos específicos, é assim como, se nós quisermos expressar um conteúdo totalmente neutro, teremos que evitar certo tipo de palavras que pela história que elas têm, transmitem todo um conteúdo emocional e podem distorcer a razão e a objetividade, e no lugar dessas palavras é preciso usar sinônimos que aos ouvidos de quem escuta soem mais frios e desapaixonados Copi (1981); contudo a linguagem emotiva tem igual importância que a linguagem informativa, a diferença é o efeito que estes tipos de linguagem produzem no receptor. Quem recebe uma informação pode reagir de modos diversos segundo o tipo de palavras empregadas na comunicação. Esta é a razão pela qual muitas informações podem ter maior ou menor aceitação, dependendo da emotividade ou frieza das palavras. Neste saber utilizar as palavras, os comunicadores sociais, políticos e pesquisadores de opinião surgem como “expertos” em eficácia e, por isso, conseguem obter das pessoas as respostas por eles desejadas, isto é, manipular as opiniões e criar certo tipo de resposta.



A linguagem dos signos é algo totalmente convencional, pois o homem decidiu que a pedra deveria chamar-se pedra, e assim foi. Embora em cada língua se empregue uma palavra diferente como *petra*, *lithos*, *stone*, *piedra*, *pedra*; pela intertraduzibilidade das línguas podemos entender que falamos da mesma coisa. Desde crianças somos educados para, ao escutar determinada palavra, agir de determinado modo; é um treinamento contínuo onde se escuta uma palavra e se executa a atividade indicada por tal palavra, nesse treinamento, de modo geral, se aprende a trazer à memória o objeto correspondente a um som determinado, pronunciar uma palavra equívale a trazer à memória a representação de um “algo” que pode ser um objeto, um sujeito, um fenômeno, um acontecimento etc.

Na linguagem usada no dia-a-dia, utilizam-se uma série de termos que, isolados de um contexto determinado, não passariam de simples palavras carentes de significado completo; mas quando usados dentro de um diálogo exercem, eles sós, a função de uma oração. É o caso de termos como “ISTO” que numa seqüência pode ter a significação de “traga-me o objeto xis”; “ALI” que poderia significar “deixa as caixas em um lugar indicado”; número que indica série; “Quarto” poderia ser “pode entrar o quarto da lista”; e assim outros termos que indicam cor, tamanho, espécie, forma. Esses termos recebem o nome de indexicais, e apresentam dificuldades nos processo de tradução e/ou interpretação de textos quando abordados fora de um contexto geral.

Os termos indexicais, segundo Wittgenstein (1991), quando colocados fora de um contexto determinado têm uma significação que pode ser abstrata e auto-explicativa. Todavia, se empregarmos o termo “ali” nos referindo a uma caixa de frutas, para alguém me trazer uma delas, o termo confunde o interlocutor, pela uniformidade da aparência que representa esta palavra quando não se diz a palavra do objeto desejado ou quando nos defrontamos com estes termos na escrita e na imprensa, pois seu emprego não é suficientemente claro. Podemos dizer que as frases abreviadas têm o mesmo sentido que as não abreviadas para a pessoa que se encontra no contexto do discurso, ora, para quem não tem o treinamento, nem o conhecimento ou esta fora do diálogo,



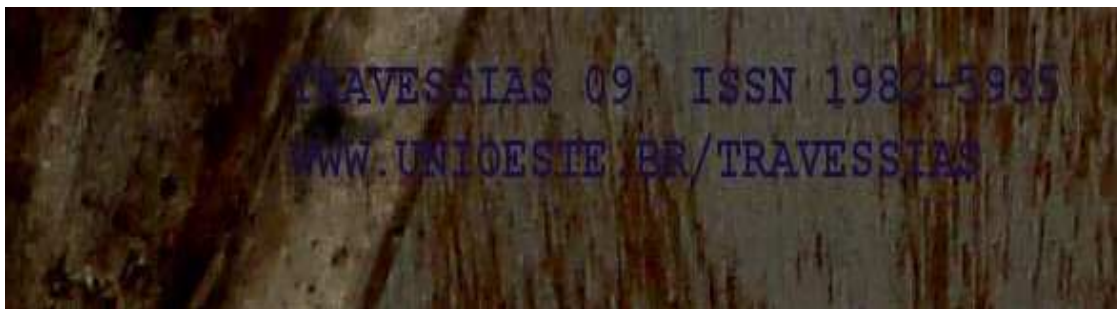
a frase abreviada e a não abreviada podem ter sentidos totalmente diferentes passando a representar um desafio no ato da tradução de discursos não técnicos.

2. TRADUZIR É INTERPRETAR:

O ser humano é intérprete por excelência, pois ele tem de decodificar todos os códigos naturais ou convencionais para poder descobrir o sentido das coisas e das palavras, e entenda-se “palavra” não necessariamente a falada, mas também a escrita e todos os códigos criados por convenção. Ao entender os atos hermenêuticos como atos interpretativos podemos, por analogia, generalizar que a tradução seja um mecanismo hermenêutico específico.

A palavra Hermenêutica deriva da tradução do substantivo grego *hermenéia* (interpretação), que, por sua vez, provém do verbo *hermeneuein* (interpretar). Esse verbo tem o sentido de “dizer”; “explicar”; “traduzir”. Originariamente a expressão hermenêutica vem de “Hermes” que era um “deus alado” cuja tarefa era trazer e interpretar as mensagens dos Deuses, aos homens. Na atualidade, entre outros conceitos, a hermenêutica é considerada como a ciência ou teoria que busca o sentido que está por trás dos discursos, sendo utilizada como instrumento interpretativo em diversos campos como: o político; jurídico; histórico; literário; religioso; clínico etc.

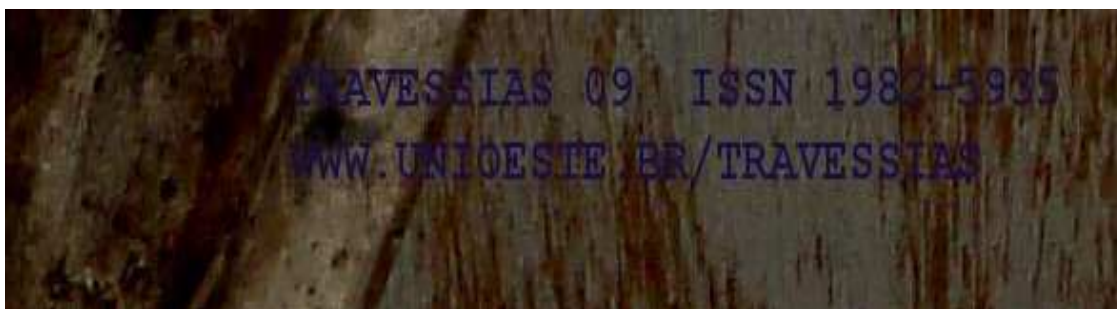
A hermenêutica na tentativa de fixar-se como ciência autônoma tem-se deparado com o entrave da amplitude do seu objeto fazendo com que esta ainda não tenha penetrado no imenso mundo da interpretação que lhe compete. Desse modo, a subjetividade da hermenêutica exige a articulação de um projeto o mais objetivo possível, contudo, é pouco provável não se levar em consideração os pré-conceitos, pré-juízos, pré-compreensões e pré-suposições inerentes ao entendimento humano. Entretanto, a validade interpretativa da hermenêutica chega a seu cume quando as pré-suposições de que parte o intérprete não são totalmente arbitrárias e, tal fato nos leva a entender que o intérprete não necessariamente permanece preso às pré-suposições



individuais e coletivas, mas pode ir além destas quando questiona a legitimidade e origem dos discursos objeto de tradução.

Quando o tradutor como usuário da “ciência da interpretação” desmascara e desmistifica as pré-suposições com que se depara e dá uma visão corrigida ou ratificada das já existentes, está sendo objetivo dentro da subjetividade, já que as chamadas ciências humanas apresentam níveis restritos de objetividade; pois, cada pessoa ou escola de pensamento, segundo as circunstâncias, tende a encarar os acontecimentos, situações, vivências, e manifestações do homem de modos diversos. Em oposição às ciências humanas, as ciências exatas são sujeitas a um alto grau de objetividade por serem regidas por normas fixas em que pouco importa o elemento humano no momento de determinar o valor de verdade do assunto investigado: a norma é “única” e o resultado sempre será igual sob as mesmas circunstâncias em que sejam analisados os dados, e seja quem for o estudioso. Os contornos próprios das ciências humanas e das ciências exatas conduzem a que o ato de tradução assuma conotações específicas nos diversos campos do conhecimento.

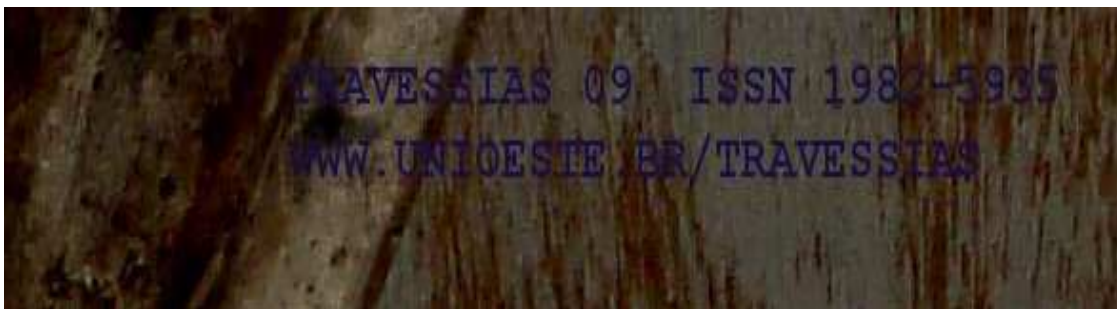
No período da filosofia contemporânea, no espaço da prolongação do modernismo, a escola crítica do neo-positivismo rejeita o idealismo e dirige suas ações contra toda noção metafísica, tentando aliviar a análise filosófica de ilusão, engano, obscuridades, enigmas insondáveis, perguntas sem resposta; ademais, busca as noções de exatidão que estão na lógica formal, quer procure essa exatidão na pureza analítica da lógica ou as matemáticas, quer na linguagem comum. Nega a importância da linguagem transcendente para a linguagem comum, pois o conflito apresenta-se quando se admite certa verdade em conceitos de dimensão separada de sentido e significado como na verdade poética e na verdade metafísica. Admitir verdade nestes conceitos é diferente de ser sujeitos de sentido comum, como na análise lingüística (MARCUSE, 1969, p. 212). A tentativa de depuração analítica da linguagem, na esfera filosófica, quando colocada no âmbito da tradução, apresenta-nos um panorama de interesse, por parte do tradutor, em que a linguagem se torne positiva, embora haja campos discursivos que não são passíveis de



objetivação e aos quais o tradutor não se pode subtrair, tendo de se alicerçar na hermenêutica como instrumento de compreensão dos diversos textos com que se depara no seu labor.

A tradução enquanto ato hermenêutico tem como foco direto a “ação comunicativa”, que constitui o conjunto de meios de expressão de que se vale o homem para interagir como indivíduo ou como membro de um grupo, estes meios podem ser a palavra falada, escrita, linguagem mímica, código braile, dança, música, representação teatral, gestos corporais etc. Todos eles têm de ser decodificados e interpretados, mas, note-se que já estamos pressupondo a existência de um “outro” que faz o papel de receptor e é por isto que um monólogo não constitui uma ação comunicativa pois, esta, segundo Habermas, precisa da cooperação de outro denominado “Tu” e que por sua vez ao dar uma resposta se tornará em “Eu”, assim como o “Eu” se transforma em “Tu”. A função do tradutor liga-se aos mecanismos de cooperação lingüística em que, o mesmo, como o deus Hermes, interpreta e informa por intermédio da transposição de códigos de sistemas comunicativos diversos.

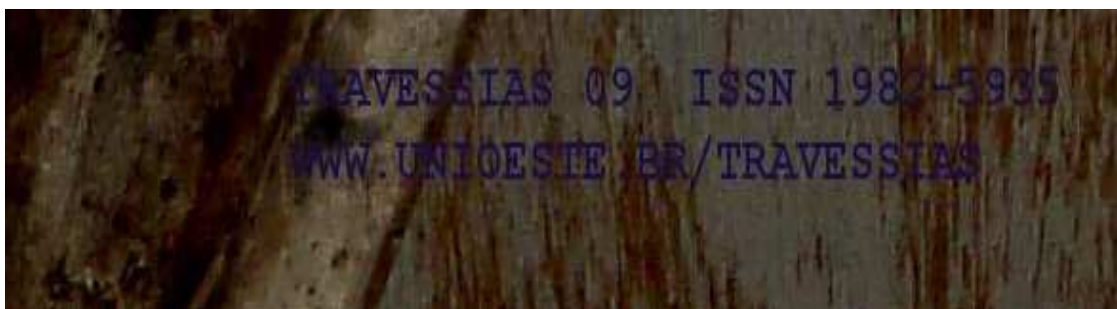
Toda ação comunicativa é um ato lingüístico e não necessariamente um ato de fala, embora este seja uma forma de ação comunicativa. Os atos lingüísticos não têm a objetividade dos atos não-lingüísticos, pois a realidade do discurso não é tão evidente quanto parece. O que convencionamos em chamar “verdade”, não é um valor absoluto em si, pois a definição segundo a qual verdade é a adequação da razão ao real não tem mais relevância, isto porque toda adequação possui nuances subjetivas, daí ser melhor definir a verdade como uma convenção criada por vários indivíduos ou grupos que em determinado contexto sócio-histórico atribuíram-se o direito de impor os critérios para definir o que é “falso” e o que é “verdadeiro”. A validade das verdades consensuais terá valor enquanto não surgirem novos consensos que falsifiquem conceitos anteriormente validados. Entretanto, a interpretação de determinado discurso poderá passar pelo processo de falibilidade desenvolvido na filosofia da ciência, não, porém, a tradução como transposição de códigos em um período sincrônico.



Em tradução poderão ser questionadas as estruturas lingüísticas, mas não a adequação de códigos que vierem a sofrer alterações no decurso histórico. Ao aceitar que a noção de verdade é relativa, temos de criar mecanismos que nos permitam identificar o fundo comum dos textos segundo os diversos espaços e tempos presentes nos discursos. Sabe-se que os discursos enquanto instrumentos da comunicação não são unívocos e unidirecionais, pelo contrário, são bidirecionais e multívocos e por isto se faz inevitável interpretar. Os atos interpretativos carecem da possibilidade intrínseca de serem fechados, pois permanecerá em aberto o espaço para novas possíveis interpretações que venham a surgir e que não se esgotam na visão de um indivíduo.

Não existe autonomia na linguagem no sentido de intencionalidade, mas no sentido de que ela é depositária de inúmeras possibilidades hermenêuticas e cabe a cada leitor decodificar os diferentes enquadramentos interpretativos. O autor, por sua vez, não é consciente de todas as possibilidades que seu texto carrega em si, pois quando muito lhe será possível prever algumas, e até pensar que sejam muitas, porém, a totalidade de possibilidades hermenêuticas se esgota na singularidade e criatividade de cada intérprete. Uma obra tem tantas possibilidades interpretativas quantos intérpretes houver, mas o que poderia ser uma força conteudal irrestrita, torna-se, ao mesmo tempo, uma limitante na objetividade semântica, isto porque muitos sentidos atribuídos a uma obra terminam esvaziando a mesma de um sentido de essencialidade.

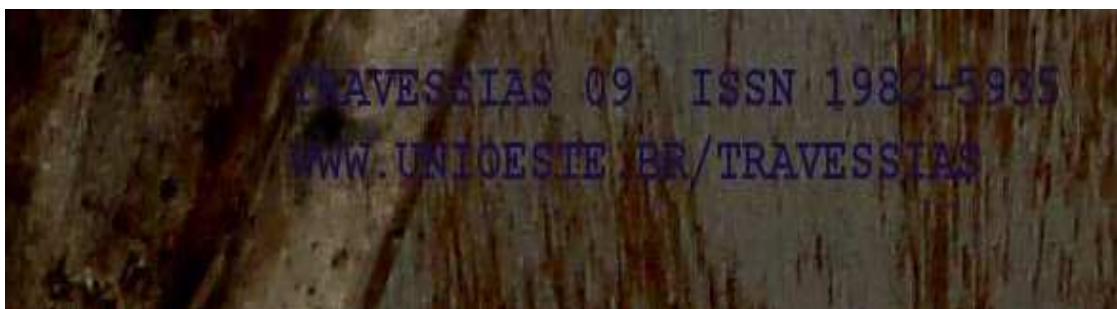
Para evitar o esvaziamento do discurso em consequência do sistema de interpretação utilizado, faz-se necessário criar determinantes que evitem a dispersão no conteúdo original de uma obra, e nesse ponto sai revigorado o papel da hermenêutica, sobretudo nos procedimentos ligados ao ato de tradução. Análises de traduções literais permitem constatar que estas, geralmente, caracterizam-se pela tendência a produzir textos incoerentes, desprovidos de sentido e, por isso, nas traduções é preciso interpretar, captar o sentido do discurso original para reproduzi-lo com uma lógica diferente (a de outra língua), mas conservando ate onde seja possível o sentido do texto original.



Cotejamento da tradução do poema “*Vegetaciones*”, de Pablo Neruda, com a tradução para a língua portuguesa “*Vegetação*” do mesmo poema mostra-nos, entre outras peculiaridades, a seguinte: “*Donde dejaba el real regalo de sus huevos empavonados*” (espanhol); “*Onde deixava a real prenda de seus ovos azulados*” (português). A palavra “*Empavonar*” tem no espanhol o sentido de “lambuzar”. Todavia, a palavra original é traduzida por “azulado” talvez por analogia com o sentido cubano da palavra que é dar cor de pavão ou, do sentido chileno de dar cor fosca aos vidros, tirar brilho, deixar embaçado etc. Seja como for, o tradutor está utilizando aproximações regionais que facilitem a transposição do código e, com isso, termina construindo uma versão mais do que realizando uma tradução, já que gerou somente uma aproximação de um entendimento particular do que uma tradução objetiva, esvaziando o texto do sentido dado pela língua de origem.

Deve-se, igualmente, em termos de tradução, evitar o excessivo liberalismo na transposição de códigos para não incorrer em falhas que terminam atribuindo ao autor idéias que ele não quis dizer. Quando falamos de literatura, podemos concluir que a produzida em prosa oferece maiores possibilidades de adaptação de sentido, embora as adaptações feitas em textos nem sempre sejam pertinentes; já quando falamos de literatura produzida em verso, as dificuldades de tradução são maiores por obedecer a normas métricas e mesmo no “verso-livre” a cadência, sonoridade e musicalidade vêm-se afetadas e é por isto que geralmente nas versões – não traduções - de músicas de uma língua para outra, a adaptação é tanta que termina perdendo-se o sentido original da letra, sendo que o único que permanece é a linguagem musical por ser um código universal. Um exemplo da perda do sentido original nas versões musicais o temos na composição “*Delilah*” que, do inglês, passa para o italiano sob o título “*La nostra favola*” e, cujo refrão original, “*My Delilah ... why Delilah*” (Minha Dalila ... Por que Dalila) é transposto como “*Mai ti lascio ... Mai da sola*” (Nunca te deixo ... nunca estarás sozinha).

A superação do conceito de estética como “ciência do belo” e, entendendo que a real noção de estética deve referir a noção de “verdade ontológica que expressa uma realidade que não é

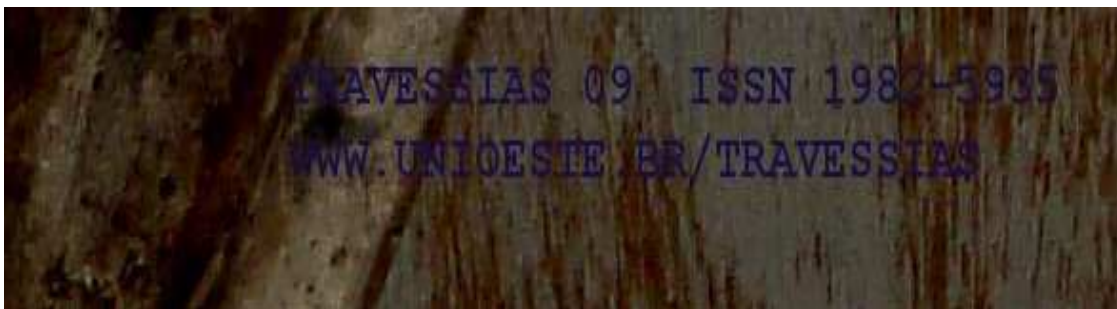


comunicável em nível filosófico, nem científico”, nos defronta com o fato de que os elementos constitutivos da mesma não somente servem para encobrir, mas também para desvendar os caracteres complexos desenhados no interior de quaisquer formas discursivas. A estética tem uma dupla função: uma pretende ocultar, passar despercebidas realidades que sem a roupagem formal não seriam aceitas; a segunda função é facilitar o acesso a certas mensagens que sem um elemento informativo não despertariam o interesse do receptor, mas para não ficar só na aparência, é preciso tirar as roupagens formais próprias da estrutura estética.

O “belo” em si, por ser um constructo consensual, não é traduzível na sua configuração sensível, somente tendo a utilidade de instrumento a serviço da comunicação e a sua utilização não determina nem verdade nem falsidade de um discurso. A tradução do denominado culturalmente de “belo” apenas se torna possível mediante artifícios da língua escrita ou, em representações iconográficas que fogem ao campo da tradução passando ao domínio da descrição. Os elementos cacofônicos e cacográficos que dificultam o processo de comunicação alcançam maiores níveis de penetração se tiverem uma dose de eufonia e eugrafia não só no elemento formal, mas nos fatos sintáticos e semânticos do discurso.

Os conceitos filosóficos estejam ou não integrados na ciência, permanecem antagônicos ao campo do discurso comum, porque o discurso filosófico ainda tem fantasmas, ilusões, ficções que não têm sido realizadas na palavra falada e como tal tornam-se elementos ambíguos para efeitos de tradução. O positivismo moderno, segundo Marcuse (1969), se movimenta em um mundo sintético, empobrecido de concreção acadêmica e tem criado mais problemas ilusórios que os que têm destruído; nem a metafísica mais abstrusa tem exibido coisas tão artificiais como as provocadas em relação a tradução, redação, descrição, denotação, nomes próprios, etc.

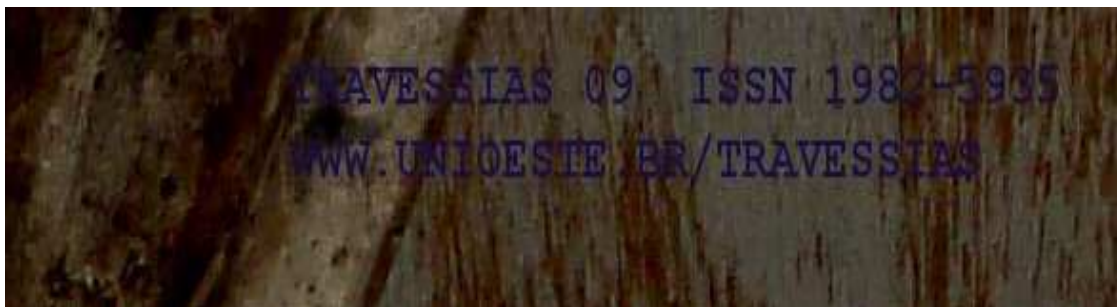
Com freqüência são descritas experiências sensoriais ou de sentimentos como tremores, aflições, palpitações, apetências, náuseas, sobressaltos, etc., e estes fragmentos conceituais ou sensoriais de palavras e expressões substituirão o indesejado mundo de fantasmas, mitos e lendas



que, ao uni-los, são enquadrados numa filosofia que revela até que ponto as idéias, recordações, imagens não operacionais têm sido inúteis, irracionais, confusas, sem sentido. A civilização separa progressivamente o histórico do impossível, o sonho da ficção, a ciência e a técnica; mesmo que com o tempo surjam processos inversos; o que ontem parecia racional e possível, hoje se faz mitológico, como é o caso da classe trabalhadora na civilização industrial avançada, a realidade do socialismo atual, faz do marxismo mais do que um sonho, um mito (MARCUSE, 1969, p. 217). Esse contexto mostra-nos quanto pode ser comprometedora a atitude interpretativa se o tradutor entender que deve posicionar-se sobre um conteúdo traduzido e não compreender que a sua interpretação inerente à tradução é de natureza estritamente lingüística.

A filosofia analítica chama a juízo o intelectual e o interroga sobre o que quer dizer e se não está ocultando algo. Expõe a necessidade de alinhar o intelectual para que expresse a linguagem de modo que comunique seu pensamento na nossa língua, ou na sua, mas que seja traduzível, pode pensar o que quiser com a certeza de que utilizar uma linguagem traduzível, não é tirar-lhe a liberdade e nem coagi-lo; pode falar como poeta, desde que se possa entender a poesia e isso só será possível se se entender sua simbologia em termos de língua comum. Se a linguagem se faz tão abstrata que cada pessoa tenha que conformar-se com uma interpretação subjetiva, cada vez se multiplicarão mais as possíveis significações e se perderá o sentido original e real do conceito, tornando-se este algo vazio e carente de sentido.

A metalinguagem não pode ser só sinônimo do discurso imediato, deve explicitar a dimensão totalitária do discurso em que as dimensões da linguagem são assimiladas e integradas no processo social, que tem determinado o processo do discurso; não pode ser só uma metalinguagem técnica, baseada unicamente na clareza semântica e lógica, o que se pretende é que a linguagem revele o que existe velado, o exame interno da fala e a escrita, pode revelar todo um sistema moral e político. “O emprego da palavra e a estrutura da frase assumem um significado e uma função que não aparecem na leitura imediata. Ao analisar o significado de um termo, é necessário desenvolver todo um universo multidimensional, onde cada significado

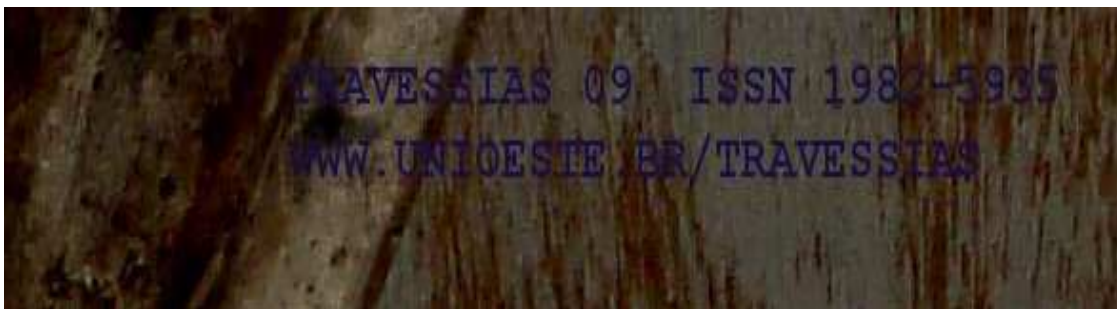


expresso participa de vários sistemas interrelacionados, estendidos um sobre o outro e antagônicos” (MARCUSE, 1969, p. 224). Uma das dificuldades encontradas no campo da tradução reside na incapacidade ou impossibilidade do tradutor de utilizar estruturas lingüísticas que permaneçam fieis ao discurso originário quando precisa desvendar metalinguagens que são claras no código de origem enquanto são inexistentes ou obscuras no código de destino.

A extensão do sistema social de significação varia em diversos períodos da história e segundo níveis de cultura alcançados. Hoje os sistemas sociais de comunicação, unem os diferentes estados, países e áreas lingüísticas. Uma análise de significação filosófica deve levar em conta a função determinante deste sistema social de significação que se dá em discursos políticos e que opera de um modo mais inconsciente e emocional no discurso comum; o universo real do discurso comum é o da luta pela existência, é um universo ambíguo que tem de ser clarificado. Tanto na tradução quanto “na filosofia contemporânea a análise lingüística não está apreendendo o significado dos termos em bem da linguagem comum, pois está transmitindo o discurso comum à linguagem acadêmica e assim a linguagem multidimensional, está se convertendo em linguagem unidimensional” (MARCUSE, 1969, p. 226).

A análise lógica e a lingüística pretendem reformular a busca do sentido das coisas, como a busca do sentido da palavra e o discurso, sendo que os antigos problemas metafísicos ficam como problemas ilusórios (MARCUSE, 1969, p. 101). Dentro das formas dominantes da linguagem, adverte-se o contraste entre as formas de pensamento bidimensional dialético e a conduta tecnológica ou os hábitos de pensamento social, onde a tensão entre a aparência e realidade, fato e causa que o provoca, substância e atributo tendem a desaparecer; elementos mágicos, autoritários e rituais cobrem o idioma forçando mudanças de atitude nos modos de desvendar os padrões discursivos com que tem de lidar o tradutor.

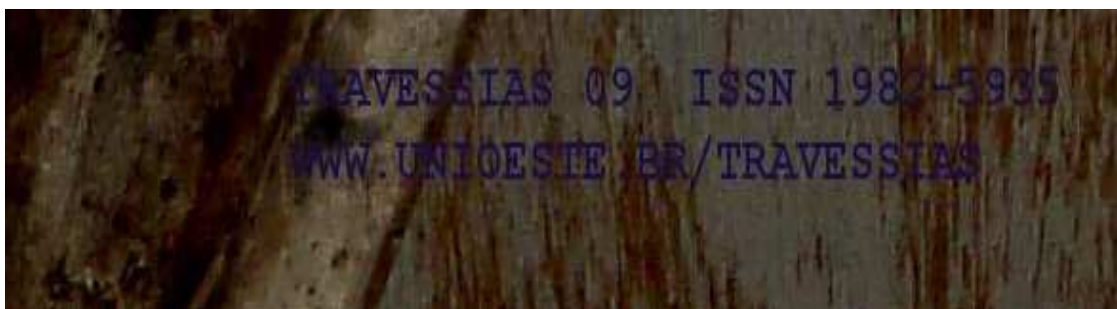
Os conceitos que encerram os fatos e os transcendem estão perdendo sua autêntica representação lingüística e, sem a mediação de conceitos a linguagem tende a expressar a imediata



identificação entre razão e fato, verdade e verdade estabelecida, essência e existência, a coisa e as suas funções. Esta identificação é um aspecto do operacionalismo que aparece como uma característica do discurso no comportamento social; o vocabulário e a sintaxe vêm-se afetados pelo funcionalismo da linguagem. A sociedade expressa as suas exigências diretamente no material lingüístico, mas não sem oposição; a linguagem popular ataca mediante um humor desafiante e mal intencionado o idioma oficial. Os conflitos sociais expressos pela linguagem tornam-se elementos desafiadores para o tradutor que oscila entre assumir posturas ideológicas e permanecer “neutro” na sua função de transposição de códigos.

Poucas vezes a linguagem popular e coloquial tem sido tão criativa; o homem simples mediante a linguagem comum, parece afirmar sua humanidade perante os problemas existentes, a rejeição e a rebelião são julgadas na esfera política, explodem através do vocabulário que chama as coisas pelo seu nome. Todavia, os escritórios executivos, o governo, máquinas e chefes, espertos em eficácia falam um idioma diferente e pretendem ser detentores da última palavra, a palavra que ordena e organiza, que induz as pessoas a atuar, comprar e aceitar. Esse idioma burocrático é transmitido por intermédio de uma linguagem cujo estilo é uma verdadeira criação lingüística, com uma sintaxe onde a estrutura da frase é condensada de modo tal que não deixa espaço entre os agentes do discurso. A criação lingüística padronizada e unidimensional constitui, em termos formais, o instrumento menos comprometedor para o profissional da tradução.

O raciocínio tecnológico caracteriza-se por identificar as coisas com sua função, em contextos em que as palavras e os conceitos são vistos como coincidentes e o conceito tende a ser absorvido pela palavra. O idioma contém inúmeros termos que designam objetos de uso diário, a natureza visível ou necessidades e desejos vitais; geralmente estes termos são compreendidos de modo tal que sua simples aparência, produz uma resposta adequada ao contexto pragmático em que se mencionam. É diferente quando o termo denota algo que está além do tipo de contexto que não admite controvérsia. Os nomes das coisas não só indicam o modo de funcionar, senão

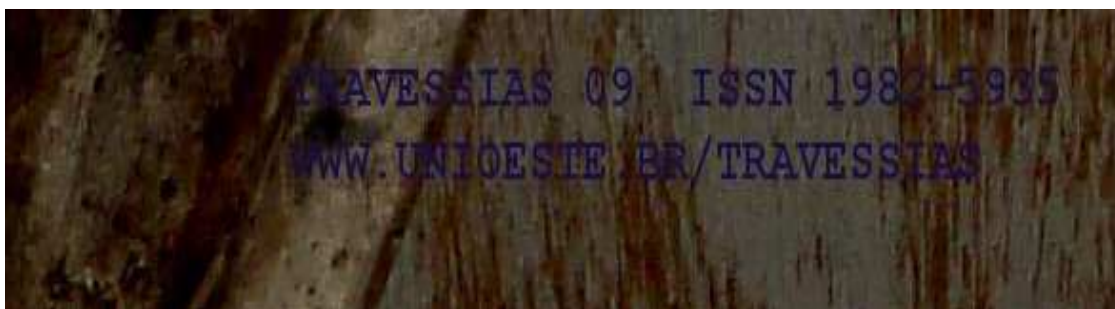


que sua forma atual de funcionar também define e fecha o significado da coisa, excluindo outras formas de funcionar (MARCUSE, 1969, p. 117).

A síntese da construção reclama a reconciliação dos opostos unindo-os em uma estrutura firme e familiar. Termos como: “a bomba atômica limpa” e “as radiações inofensivas” são criações extremas de um estilo normal, é a lógica de uma sociedade que se permite fazer de tudo lógica e brincar com a destruição; uma sociedade com um domínio técnico da mente e da matéria. O fato de que um substantivo específico seja unido quase sempre aos mesmos adjetivos e atributos explicativos, converte a frase em uma fórmula hipnótica, que repetida infinitamente, fixa o significado na mente do receptor, este não pensa em explicações essencialmente diferentes do substantivo (MARCUSE, 1969, p. 121); fala-se de liberdade, amor, justiça, tendo estes termos toda a importância e se deixa o restante do contexto como “gancho” acessório que completa o termo principal ou substantivo. Esses termos acessórios podem alterar o contexto da tradução por acréscimos ou substituições, sejam estas necessárias ou não para o entendimento do discurso.

Na realidade da linguagem comum não importa conhecer a definição, nem a essência do termo quanto à situação praxeológica e vivencial; definimos liberdade com as suas expressões, mas a significação propriamente dita fica sem definir. Todas as construções da linguagem têm como elemento comum o afastamento e contração da sintaxe, que limita o significado, criando imagens fixas que se impõem a si mesmas, com imensa e petrificada concreção, é o caso da indústria da publicidade, onde se empregam métodos para fixar uma imagem na mente e no produto que sirva assim para vender tanto os homens quanto os bens. O padrão técnico de tradução serve-se dessa contração sintática para homogeneizar os discursos globalizados.

O ato de traduzir segue a regra dos discursos hegemônicos que quando surgem perguntas indesejadas, reprime-as através do uso das abreviaturas, estas denotam aquilo que está institucionalizado de modo tal que elimina a conotação transcendente; têm um sentido fixo, definido, fechado; uma vez que têm chegado a ser um vocabulário oficial, constantemente

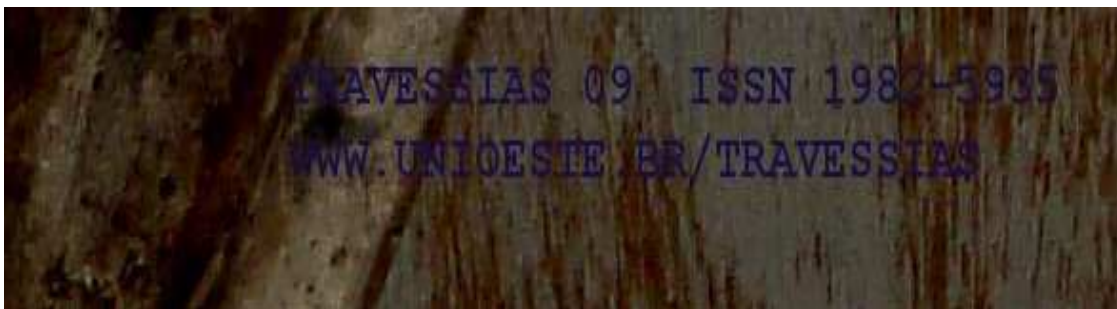


repetido no uso geral e sancionado pelos intelectuais, têm perdido todo o valor cognitivo e só servem para o reconhecimento de um fato indubitável, a linguagem funcionalizada, contraída, unificada é a linguagem do pensamento unidimensional; todos falam o mesmo e lhes chega o mesmo conteúdo em termos iguais (MARCUSE, 1969, p. 125). As instituições de liberdade de palavra e pensamento, não atrapalham a coordenação mental com a realidade estabelecida, o que se tem apresentado é uma redefinição do pensamento mesmo, de suas funções e conteúdos e que para a tradução não representa problema algum por não ser função da mesma contestar o conteúdo enquanto tal.

A linguagem abreviada, de aparente valor universal, somente transmite sentidos pré-estabelecidos institucionalmente que seriam garantia de comunicação objetiva. Essa terminologia abreviada descrita por Marcuse em termos de tradução favoreceria a transposição de um código para outro quando, em termos sapirianos não se fala de incomunicabilidade, mas de perda das possibilidades comunicativas na transposição de um código para outro:

Como cada língua tem peculiaridades distintas, as limitações – e as possibilidades – formais inatas de cada literatura nunca são as mesmas que as de outras. A literatura, tirada da forma e substância de uma língua, tem a cor e a tessitura da sua matriz. Pode ser que o artista literário não tome jamais consciência de como é contido ou favorecido, ou enfim orientado, dessa maneira; mas quando se trata de traduzir-lhe a obra para outra língua, a natureza da matriz de origem manifesta-se logo. [Os efeitos de uma língua] não podem ser transpostos sem perda ou modificação (SAPIR, 1954, p. 218).

Poderíamos concordar com Sapir se a referência fosse, por exemplo, a seguinte citação: “O problema das fronteiras do texto. O texto como *enunciado*. O Problema das funções do texto e dos gêneros de texto...”; que constitui um “parágrafo” de duas linhas, na página 308, da *Estética da Criação Verbal*, de Mikhail Bakhtin, traduzido por Paulo Bezerra, cuja composição em língua portuguesa demonstra fragilidade ora no domínio do Português, ora da língua russa ou, ainda, das técnicas de tradução. Todavia, essas possíveis falhas seriam inerentes ao ato da tradução e não consequência de uma suposta intransponibilidade de uma língua para outra. Concordamos, ainda,



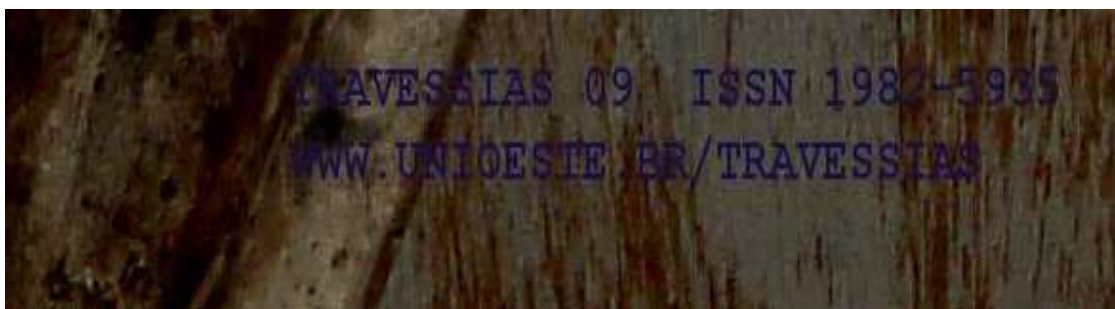
com Sapir, que toda tradução exige modificações no sentido de adequação semântica e interpretação, pois, sem esses elementos não teríamos acesso a obras escritas em russo, grego, tcheco ou quaisquer outras línguas, assim como a literatura brasileira não haveria transposto suas fronteiras lingüísticas e culturais.

Contrariando Sapir, a linguagem estética transcende a esfera de uma língua local, sendo esta um simples suporte para a exploração das “situações” humanas que podem ser encontradas em qualquer época e lugar. Nessa perspectiva final não seria aceitável a idéia sapireana de limitação da literatura quando tirada da forma e substância de uma língua:

O meio próprio da expressão científica é uma linguagem generalizada, e que se pode definir como uma álgebra simbólica, a que servem de tradução todas as línguas conhecidas. Pode-se traduzir adequadamente a literatura científica, porque a expressão científica original já é por si uma tradução (...) A expressão literária é pessoal e concreta, ao contrário; mas isso não quer dizer que a sua significação esteja completamente ligada às qualidades acidentais do meio. (...) A “intuição” do artista, é imediatamente elaborada em função de uma experiência humana generalizada, – pensamento e sentimento –, cuja seleção altamente personalizada vem a ser a sua própria experiência individual (SAPIR, 1954, p. 220).

Tal concepção da expressão e comunicação artística negaria a possibilidade de que uma obra literária seja resultado de um trabalho de pesquisas psicológicas, sociológicas, historiográficas etc., como mostram estudiosos da obra de Cervantes, Flaubert, Kafka e; no Brasil, de João Guimarães Rosa entre outros tantos escritores de renome cujas obras não são vistas como produto da inspiração sensível, mas como resultado de árduo trabalho de investigação na tentativa de apreender a natureza humana em seus mais variados aspectos, e que como tal são expressáveis em qualquer código lingüístico, com as devidas adaptações semânticas que o código e a cultura exigem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

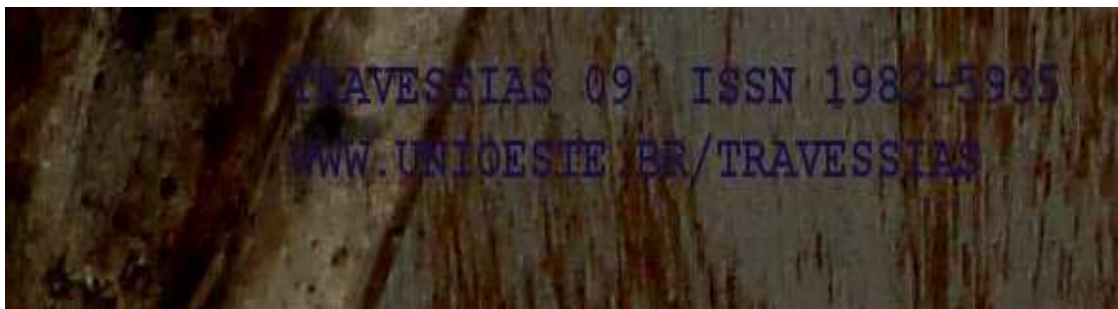


A palavra “interpretação” nos remete, no âmbito do senso comum, à idéia de entendimento particular e subjetivo. Se essa compreensão estiver pautada na noção positivista de ciência, certamente dará um caráter pejorativo à noção de tradução como atividade que se alicerça na interpretação enquanto instrumento de decodificação das nuances, muitas vezes imperceptíveis, que permeiam as estruturas dos discursos.

As ciências organizadas por campos de saber possuem características que lhes são inerentes refletindo suas peculiaridades na estruturação de seus discursos. Todavia, por mais matematizado que se apresente um discurso sempre será passível de conter vários níveis de significação. Se a Tradução como atividade profissional se define como ato hermenêutico, alicerçando-se nesse campo da filosofia, o Tradutor precisa compreender e perceber os meandros do discurso para ser fiel no seu trabalho, porém, necessita possuir a consciência de que seu papel não é o de emitir críticas ao texto, nem valorações que partam de suas convicções particulares, pois nesse caso não estará traduzindo senão produzindo um novo texto. A Hermenêutica enquanto processo interpretativo é uma aliada/auxiliar na compreensão do discurso, não podendo transformar-se na ação primeira do tradutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABELARDO, Pedro. **Lógica para principiantes**. trad. Afonso da Costa. São Paulo: abril cultural, 1973. - (Os pensadores).
- ANSELMO, Santo. **Monólogo**, trad. Ruy Afonso da Costa. São Paulo: abril cultural, 1973. - (Os pensadores).
- **O gramático**. São Paulo: abril cultural, 1973. - (Os pensadores).
- **A verdade**. São Paulo: abril cultural, 1973. - (Os pensadores).
- COPI, Irving. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Ju, 1981.
- MARCUSE, Herbert. **El hombre unidimensional**. 2 ed. Barcelona: Seix Barral, 1969.
- MATTOS, Delton de. **Estudos de tradutologia 1**. Brasília: Kontakt, 1981.



NERUDA, Pablo. **Canto General**. 3 ed. Buenos Aires: Losada, 1968.

NERUDA, Pablo. **Canto Geral**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979

RICHAUDEAU, François. **Dicionário de Psicologia**. São Paulo: Verbo, 1978.

SAPIR, Edward, **A linguagem: introdução ao estudo da fala**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SIMON, Josef. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: edições 70, 1981.

WITTGENSTEIN, Ludwig, **Investigações filosóficas**, 5 ed. São Paulo: nova cultura, 1991. - (Os pensadores).